



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9732 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT20 - Psicologia da Educação

A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: POSSIBILIDADES DE
ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Lizandra Sodré Sousa - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Fausto Ricardo Silva Sousa - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Herli de Sousa Carvalho - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

**A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: possibilidades de enfrentamento
ao racismo na Educação Superior**

RESUMO

As políticas de democratização do Ensino Superior possibilitaram o ingresso de estudantes que eram excluídos deste contexto. A presença de estudantes negros nos espaços educativos é uma realidade das universidades brasileiras atualmente. Nesse sentido, a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) buscou favorecer a permanência saudável de estudantes matriculados em cursos de graduação, contando com equipes multidisciplinares para esse fim. É neste universo que se situa o presente trabalho, que tem como objetivo analisar a atuação da psicologia na assistência estudantil no que se refere ao desenvolvimento de práticas antirracistas na Educação Superior, a partir da realidade da Universidade Federal do Maranhão localizada em Imperatriz. Portanto, a pesquisa se insere na abordagem qualitativa. Utiliza-se de levantamento bibliográfico, além do uso de documentos institucionais para subsidiar as análises e discussões desenvolvidas. Concluímos enfatizando que a atuação da psicologia no combate ao racismo é necessária e urgente, pois contribui para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e críticos.

Palavras-chave: Psicologia. Racismo. Assistência Estudantil. Educação Superior.

INTRODUÇÃO

As políticas de democratização do Ensino Superior possibilitaram o ingresso de estudantes que outrora eram excluídos desta realidade. Tais políticas visam mitigar as desigualdades socioeconômicas e possibilitar reais condições de acesso a grupos marginalizados. Entretanto, cumpre-se ressaltar a necessidade de políticas que não somente garantam o acesso, mas também possibilitem a permanência saudável desses estudantes, contemplando suas necessidades de forma integral.

A nova configuração das universidades, com a diversidade cada vez maior de grupos socioculturais ocupando os espaços educativos, contribui para o fortalecimento da assistência estudantil (SANO, 2018). A criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil

(PNAES), instituído pelo decreto [nº 7.234, de 19 de julho de 2010](#), foi um marco para a questão da assistência estudantil. De acordo com referido decreto, o PNAES tem como objetivos:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (art2º).

Nesta perspectiva, equipes multidisciplinares foram criadas para garantir aos estudantes de graduação suporte pedagógico, acadêmico e psicossocial durante seu processo formativo na universidade.

A atuação de profissionais da psicologia em equipes de Assistência Estudantil ainda é embrionária, apesar de a atuação do psicólogo nas instituições de ensino superior já ser uma realidade vivenciada há algum tempo. No contexto educativo, a psicologia possui uma atuação com foco no coletivo institucional, buscando o engajamento crítico e político dos mais diversos sujeitos. Desta forma, exerce uma prática que difere daquelas tradicionalmente desenvolvidas em contextos essencialmente clínicos de atuação.

Cabe ao profissional da Psicologia que atua no campo educacional, adotar práticas que possibilitem o desenvolvimento da autonomia daqueles que estão inseridos nesse campo, desconstruindo possíveis modos de opressão que porventura vigorem neste espaço. Desta forma, ambiente educacional é entendido enquanto um espaço favorável à construção de conhecimentos e de lutas contra o preconceito étnico-racial e o psicólogo deve estar imbricado efetivamente no enfrentamento a práticas racistas.

Considerando o panorama apresentado, o presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação da psicologia na assistência estudantil no que tange ao desenvolvimento de práticas antirracistas na Educação Superior, a partir da realidade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), localizada na cidade Imperatriz - Maranhão. A pesquisa se insere na abordagem qualitativa e para o alcance do objetivo, far-se-á uso de levantamento bibliográfico e de documentos institucionais da universidade para subsidiar as análises e discussões desenvolvidas.

A PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES RACIAIS

A Educação Superior, na atualidade, tem vivenciado transformações decorrentes de demandas sociais, culturais e econômicas, além das políticas educacionais vigentes. Tal fato produz discussões que buscam desnaturalizar as desigualdades historicamente reproduzidas e levar ao desenvolvimento de ações de melhorias no processo educativo (SANTANA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014).

Apesar do ingresso de estudantes negros nas universidades ser viabilizado nos últimos anos por meio das políticas afirmativas implementadas no país, as instituições de ensino não se mostraram prontas para acolher as demandas advindas de uma realidade constituída pela diversidade sociocultural. O contexto educativo mostra-se um espaço para muitas manifestações de ordem discriminatória, a despeito de um discurso de pretensa igualdade. Partindo-se da constatação dessa realidade, observa-se a importância da atuação do profissional de Psicologia no contexto educativo, para além do acesso do negro ao ensino superior, mas, principalmente, facilitando a permanência deste com dignidade, de modo que suas demandas sejam contempladas na universidade.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), na resolução nº18/2002, estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial. Na

resolução, o CFP apresenta orientações aos psicólogos, para que estes, seguindo os princípios éticos, contribuam com o conhecimento psicológico para promover reflexões sobre o preconceito, bem como a eliminação do racismo. Nesse aspecto, compreende-se que para viabilizar a permanência saudável dos estudantes negros ao longo dos anos de graduação é, cada vez mais, necessário compreender como o psicólogo pode atuar no combate ao racismo na universidade.

Nesse panorama, o psicólogo que atua no cotidiano de instituições educativas precisa estar atento aos desdobramentos do racismo na constituição da subjetividade dos sujeitos envolvidos. A intervenção da Psicologia nesse espaço tem o foco nas relações humanas estabelecidas e as intervenções não devem restringir-se a um nível individual, mas, prioritariamente, coletivo. Para isso, deve haver uma atuação conjunta dos diversos atores da comunidade acadêmica. A Psicologia pode fornecer “subsídios consistentes para explicar fenômenos como apatia social, vínculos, desenvolvimento psicossocial e os efeitos psíquicos do racismo nas relações humanas.” (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2016, p. 15).

Na educação superior, a Psicologia Escolar pode contribuir com ações e pesquisas que favoreçam uma formação acadêmica que mobilize processos de desenvolvimento de docentes e discentes (SANTANA; PEREIRA; RODRIGUES, 2014). De acordo com Marinho-Araújo (2016) as atividades desenvolvidas devem enfatizar o coletivo institucional, na busca pelo engajamento crítico e político dos sujeitos nas transformações subjetivas e socioculturais. Portanto, na perspectiva crítica da Psicologia Escolar, o psicólogo deve atuar de maneira coletiva, pautando-se em ações institucionais, coletivas e relacionais.

O psicólogo escolar deve contribuir na construção de espaços para o desenvolvimento da autonomia daqueles que estão envolvidos no processo educacional, identificando possíveis modos de opressão, bem como promovendo a desconstrução de preconceitos que permeiam as relações dentro do espaço institucional de educação (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2016). De acordo com Schucman, Nunes e Costa (2017, p. 145):

A Psicologia deveria ser uma das áreas do conhecimento alicerce para se pensar e enfrentar o racismo contra o negro, já que ele (o racismo) é uma modalidade de violência, de desigualdade política e, como tal, é (ou pode ser) promotor de persistente sofrimento psíquico vivido por e entre os negros.

A despeito disso, a Psicologia apresenta poucos estudos que abordem a temática do racismo e/ou discussões sobre o negro enquanto sujeito político (SCHUCMAN; NUNES; COSTA, 2017).

Deste modo, as intervenções institucionais do psicólogo escolar devem voltar-se à conscientização e ao empoderamento dos sujeitos, assim como às transformações sociais emancipadoras e ao sucesso acadêmico. Portanto, compreender como estão sendo constituídas as relações étnico-raciais no ensino superior é fundamental para o desenvolvimento ético e crítico dos sujeitos inseridos nesse lugar. O olhar ampliado da área poderá favorecer a compreensão das relações raciais existentes, bem como a presença de sofrimento psíquico presente no cotidiano de pessoas negras, tanto a nível institucional quanto social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) possui campus em nove cidades do estado. Em Imperatriz, a segunda maior cidade do estado, o Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – CCSST atua desde 1980, em virtude da política de expansão e interiorização da Universidade. Atualmente conta com nove cursos de graduação, cinco

mestrados e um doutorado. Possui um quadro composto por 210 professores e 60 técnicos-administrativos, aproximadamente, além de possuir 2513 discentes matriculados.

A UFMA dispõe da Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), criada pela Resolução nº 193 de 13 de fevereiro de 2014. Nesse sentido, tem desenvolvido ações de forma sistemática no âmbito da assistência ao estudante, atendendo não somente as demandas discentes relativas a vulnerabilidades socioeconômicas, mas, principalmente, realizando o acolhimento e o acompanhamento dos discentes em suas demandas sociais, pedagógicas e psicológicas. As ações desenvolvidas em equipe estão direcionadas ao bem-estar social e promoção à saúde dos estudantes; às atividades de cunho didático-pedagógico, com vistas à melhoria do desempenho acadêmico; bem como à mediação dos processos de inclusão na universidade.

A equipe de psicologia do campus, por sua vez, atua na perspectiva da psicologia escolar, desenvolvendo as seguintes ações: realização de pesquisas de diferentes naturezas com alunos e professores; mediação dos processos de inclusão dentro da universidade; assessoria aos processos de ensino e aprendizagem; formação docente; intervenção institucional nos projetos que tenham impacto na subjetividade e dinâmica da Instituição; diagnóstico de situações que interferem no ensino e aprendizagem; encaminhamentos a profissionais e serviços.

Em levantamento realizado, observou-se que, dentre o quantitativo total de discentes ativos na UFMA de Imperatriz, 937 estudantes ingressaram por cotas específicas para pessoas negras, o que representa uma quantidade significativa de discentes autodeclarados negros, quase 40% da quantidade total (2513) de estudantes ativos na universidade. Apesar do número expressivo de estudantes ativos, constata-se que não há o desenvolvimento de ações sistemáticas e coletivas de enfrentamento ao racismo por parte da equipe que compõe o Serviço de Assistência Estudantil da universidade, nem mesmo pela equipe de psicologia que compõe o serviço. Nesse sentido, as ações psicológicas com essa perspectiva limitam-se a intervenções eventuais a nível individual, desenvolvidas a partir de demandas trazidas por discentes, docentes ou coordenações de curso.

Observa-se, portanto, que a implementação de práticas profissionais antirracistas nesse contexto é urgente. O profissional de psicologia, em consonância com a realidade social em que está inserido, deve perceber o ambiente educacional como espaço favorável à construção de conhecimentos e de lutas contra o preconceito étnico-racial. Desta maneira, é fundamental que se compreenda os efeitos do racismo como fator importante na constituição dos sujeitos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017). Para além disso, observa-se que o compromisso da psicologia no combate ao racismo precisa ser operacionalizado por meio de práticas que contribuam para sua desconstrução no contexto universitário.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, pôde-se constatar a importância e a urgência de que sejam desenvolvidas e implementadas de forma sistemática práticas psicológicas que contribuam para a desnaturalização e problematização de comportamentos que reforcem nos espaços educativos processos discriminadores presentes na sociedade.

Entretanto, observa-se que o modelo de atuação da Psicologia ainda responde pouco às reais necessidades da maioria da população brasileira. Mais especificamente, no que tange à temática racial, os profissionais de Psicologia pouco têm desenvolvido produções relativas ao enfrentamento do racismo e, semelhantemente, pouco tem atuado nesse sentido.

A realidade observada na Universidade Federal do Maranhão de Imperatriz pode

representar a realidade de grande parte das instituições de ensino superior no país, que não tem investido em ações sistemáticas no combate ao racismo. Deste modo, compreendemos que os psicólogos e as psicólogas possuem um papel primordial nesse contexto, por serem potenciais agentes de transformação da realidade social e educativa em que estão inseridos, contribuindo para a construção de sujeitos autônomos e críticos, que não se acomodam diante das desigualdades estruturantes do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto N° 7.234/2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 018/2002.** Brasília, DF: CFP, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais:** referências técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília: CFP, 2017.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Caderno de psicologia e relações étnico-raciais: diálogos sobre o sofrimento psíquico causado pelo racismo. **Psicologia em diálogo.** Curitiba: CRP-PR, 2016.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Inovações em psicologia escolar: o contexto da educação superior. **Estudos de Psicologia,** Campinas, v. 33, n. 2, p. 199-211, 2016.

SANO, Bárbara Harumy. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):** um estudo de caso da Universidade Federal Fluminense. 2018, 119 fl. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas. Mestrado Profissional em Administração Pública, UFF, Volta Redonda – RJ, 2018.

SANTANA, Alba Cristhiane; PEREIRA, Alciane Barbosa Macedo; RODRIGUES, Larissa Goulart. Psicologia Escolar e educação superior: possibilidades de atuação profissional. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional,** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229-237, maio/agosto, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer; NUNES, Sylvia da Silveira; COSTA, Eliane Silvia. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicologia USP,** v. 28, n. 1, p. 144-158, 2017.